www.pwc.com.br

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º São Paulo, SP, Brasil, 04538-132



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers / Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Signed By: PAULO RODRIGO PECHT:25185992824

CPF: 25185992824
Signing Time: 29 August 2022 | 17:25 BRT

ICP -

Paulo Rodrigo Pecht

Contador CRC 1SP213429/O-7

Relatório da Administração em 30 de junho de 2022

Senhores Acionistas:

À Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Super"), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de junho de 2022, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 153 milhões (R\$ 145 milhões em 31 de dezembro de 2021), e o prejuízo acumulado é de R\$ 107 milhões (R\$ 84 milhões em 31 de dezembro de 2021). No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Super apresentou um prejuízo de R\$ 24 milhões (prejuízo de R\$ 55 milhões em 30 de junho de 2021).

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2022, os ativos totais atingiram R\$ 474 milhões (R\$ 526 milhões em 31 de dezembro de 2021). Desse montante, destacamos, R\$ 212 milhões que são representados por aplicações interfinanceiras (R\$ 242 milhões em 31 de dezembro de 2021), R\$ 121 milhões por intangível (R\$ 84 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de junho de 2022, o total do passivo atingiu R\$ 321 milhões (381 milhões em 31 de dezembro de 2021). Deste montante destacamos os depósitos em conta de pagamento de R\$ 189 milhões (R\$ 204 milhões em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 70 milhões de valores a repassar a operadoras de cartões por conta de transações com clientes (R\$ 111 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Auditoria Independente

A Super tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, as quais preveem, inclusive, a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o exercício findo em 30 de junho de 2022, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados na Super com independência das demais entidades do Grupo Santander, uma vez que os princípios acima indicados foram

observados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários São Paulo, 29 de agosto de 2022.

S superdigital Balanço Patrimonial em milhares de reais

-	30/06/2022	31/12/2021		30/06/2022	31/12/2021
Circulante	302.221	404.146	Circulante	318.116	356.312
Disponibilidades (nota 4)	9.636	59.971	Depósitos em Conta de Pagamento (nota 11)	189.220	204.108
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota 5)	211.986	241.716	Outras Obrigações (nota 12)	128.896	152.203
Aplicações em Operações Compromissadas	211.986	241.716	Fiscais	1.866	1.869
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4 e 6)	43.236	41.475	Diversas	127.030	150.334
Carteira Própria	43.236	41,475			
Relações Interfinanceiras	264	310	Não Circulante	2.963	2.158
Transações de Pagamento	264	310	Outras Obrigações (nota 12)	2.963	2.158
Crédito Tributário (nota 7)	1.625	1.914	Diversas	2.963	2.158
Outros Créditos (nota 8)	34.157	57.911			
Adiantamentos	1.843	7.279			
Impostos e Contribuições	5.201	3.570	Resultado de Exercicios Futuros (nota 13)	-	23.065
Diversos	27.113	47.062			
Outros Valores e Bens	1.317	849			
Despesas Antecipadas	1.317	849			
Não Circulante	171.993	122.055			
Realizável a Longo Prazo	47.574	35.313	Patrimônio Líquido (nota 15)	153.135	144.667
Crédito Tributário (nota 7)	47.574	35.313	Capital Social	228.290	228.290
Imobilizado (nota 9)	2.762	2.314	Aumento de Capital Social	32.280	-
Imobilizado de Uso	4.343	3.540	Prejuízos Acumulados	(107.435)	(83.623)
Depreciação Acumulada	(1.581)	(1.226)			
Intangível (nota 10)	121.657	84.428			
Softwares	154.057	104.699			
Amortização Acumulada	(32.400)	(20.271)			
Total do Ativo	474.214	526.201	Total do Passivo	474.214	526.201

S superdigital Demonstração do Resultado em milhares de reais

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado de Intermediação Financeira	15.105	2.851
Receita em Aplicações Interfinanceiras (nota 18)	15.105	2.617
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 18)	-	234
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais	(50.889)	(62.817)
Receita com Prestação de Serviços (nota 17)	25.712	30.545
Outras Receitas Operacionais (nota 22)	9.438	7.912
Despesas de Pessoal (nota 19)	(25.066)	(15.398)
Despesas Administrativas (nota 20)	(44.358)	(25.392)
Outras Despesas Operacionais (nota 23)	(13.062)	(58.567)
Despesas Tributárias (nota 21)	(3.553)	(1.917)
Resultado Operacional	(35.784)	(59.966)
Resultado antes da tributação e participações	(35.784)	(59.966)
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 24)	11.972	5.047
Imposto de Renda Diferido	8.798	3.593
Contribuição Social Diferida	3.174	1.454
(Prejuízo)	(23.812)	(54.919)
Ações em circulação (mil)	230.227	146.132
(Prejuízo) por lote de mil ações	(103)	(376)



	30/06/2022	30/06/2021
Lucro Líquido/(Prejuízo)	(23.812)	(54.919)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do semestre	(23.812)	(54.919)



	Capital social	Aumento de capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	69.451	14.605	(40.494)	43.562
Prejuízo	-	_	(54.919)	(54.919)
Aumento de Capital Social (nota 15)	75.908	(14.605)		61.303
Saldos em 30 de junho de 2021	145.359		(95.413)	49.946
Lucro	-	-	11.790	11.790
Aumento de Capital Social (nota 15)	82.931			82.931
Saldos em 31 de dezembro de 2021	228.290	_	(83.623)	144.667
Prejuízo	-	_	(23.812)	(23.812)
Aumento de Capital Social (nota 15)		32.280		32.280
Saldos em 30 de junho de 2022	228.290	32.280	(107.435)	153.135

5 superdigital

Demonstração do Fluxo de Caixa em milhares de reais

em minares de reals		
	30/06/2022	30/06/2021
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido/(Prejuízo)	(23.812)	(54.919)
Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo)	725	(2.286)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 24)	(11.972)	(5.047)
Variação Cambial (nota 22)	(187)	(460)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 23)	36	215
Depreciação e Amortização (nota 20)	12.484	2.007
Contingências Civeis (nota 14)	364	999
Variações em Ativos e Passivos	(7.570)	(53.022)
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras (nota 5)	29.730	19.109
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras	46	212
(Aumento)/Redução em Outros Créditos (nota 8)	23.941	6.375
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	(468)	432
(Redução)/Aumento em Depósitos em Conta de Pagamento (nota 11)	(14.888)	(4.626)
(Redução)/Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	-	52
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações (nota 12)	(25.784)	(76.280)
(Redução)/Aumento em Resultado de Exercícios Futuros (nota 13)	(23.065)	(700)
Impostos Pagos	2.918	2.404
Caixa Líquido Originado/(Aplicado) em Atividades Operacionais	(30.658)	(110.227)
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado (nota 9)	(803)	(458)
Aquisição de Intangível (nota 10)	(49.358)	(18.785)
Caixa Líquido Originado/(Aplicado) em Atividades de Investimentos	(50.161)	(19.243)
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital Social (nota 15)	32.280	61.303
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento	32.280	61.303
Variação Cambial em Caixa e Equivalentes de Caixa	(36)	(215)
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	(48.574)	(68.381)
Authorite English at Califa e Equivalentes de Califa (110ta 7)	(40.574)	(00.001)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	101.446	102.302
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	52.872	33.920

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Super") é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 – Torre A – Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, integrante do Conglomerado Prudencial Santander ("Conglomerado Santander"). Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil ("Bacen"), incluindo, sem limitar-se a: emitir moeda eletrônica, prestar serviços de pagamentos tanto através de cartões quanto por meio de outras mídias, facilitar pagamentos em prol de terceiros, credenciar estabelecimentos para atuarem em pagamentos, bem como outras atividades permitidas para Instituições desta natureza. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados entre as instituições participantes do Conglomerado Santander são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Super foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não aprovados pelo Bacen.

A Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução Bacen 2/2020 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução Bacen 2/2020, revogou a Circular Bacen 3.959/2019, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Administração da Super autorizou a emissão das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022 em 29 de agosto de 2022.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

3. Principais Políticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Super.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular 3.068/01 do Bacen.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata e com prazo de vencimento original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I Títulos para negociação;
- II Títulos disponíveis para venda: e
- III Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

> o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Super de mantêlos em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II devem ser demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, reduzida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Caso ocorram perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, as mesmas são reconhecidas no resultado do período.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Super apresenta apenas títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação.

Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

- I hedge de risco de mercado; e
- II hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
- (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

- (a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001:
- (b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007. De acordo com esta Resolução, a Super passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A Super classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preco que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opcões), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreçamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a Super utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Os instrumentos financeiros da Super avaliados e registrados pelo seu valor justo são substancialmente precificados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos e para instrumentos idênticos (nível 1) ou tem sua precificação derivada de inputs observáveis como importante referência (nível 2). Para os instrumentos financeiros nãomensurados pelo seu valor justo, não há diferenças significativas entre este e o valor contábil pelo qual estão registrados.

Em 30 de junho de 2022 a Super não possui operações com Instrumentos Financeiros Derivativos ou operações de hedge.

f) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição e a depreciação calculada pelo método linear utilizando taxa anual de 10% ao ano para móveis e utensílios e 20% ao ano para equipamentos de processamento de dados. O ativo imobilizado está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

g) Intangível

Os ativos intangíveis são ativados em função dos custos alocados ao seu desenvolvimento, compostos dos custos de pessoal da equipe dedicada a tais atividades e gastos com fornecedores alocadas aos projetos. São avaliados permanentemente quanto a benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo que serão gerados em favor da Super e segurança na mensuração no momento do reconhecimento.

A amortização dos intangíveis é realizada pelo método linear a taxa de 20% ao ano, exceto softwares cujas licenças são de prazos inferiores a 5 anos que são amortizados, pelo prazo da licença.

h) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Super é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

Considerando a similaridade das causas que são de natureza massificada e questões atinentes a cartões de débito e outros assuntos, as provisões judiciais e administrativas são constituídas para indenização de danos materiais e/ou morais com base no ticket médio das causas perdidas para a totalidade das mesmas, independentemente de classificadas como perdas prováveis, possíveis e remotas.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos, as informações são divulgadas na nota explicativa (Nota 14).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

i) Impostos e Contribuições

- PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) são calculados à alíquota de 1,65% e 7,60%, respectivamente sobre as receitas e custos aplicados diretamente à atividade.
- IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%.
- e a CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) à alíquota de 9%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros, limitado ao período de até 10 anos. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na (nota 7), está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela administração da Super.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a Super deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

k) Resultado de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento de contrato de exclusividade com prestadores de serviço, sendo apropriado conforme cronograma previamente estabelecido.

I) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

m) Resultado não Recorrente

Os resultados não recorrentes são avaliados semestralmente para divulgação, de acordo com a Resolução 2 do Bacen. São considerados resultados não recorrentes as operações que estejam ou não relacionadas com as atividades da Super onde a recorrência não ultrapasse três ocorrências por exercício social.

No semestre findo em 30 de junho de 2022 a Super não possui nenhum evento dessa natureza e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresenta um saldo de R\$2.654 milhões de resultado não recorrente (nota 27).

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	9.636	59.971
Cotas de Fundo de Investimento*	43.236	41.475
Total	52.872	101.446

^(*) Classificado no Balanço Patrimonial na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários", resgatáveis a qualquer momento (nota 6).

5. Aplicações Interfinanceiras

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2022	31/12/2021
LFT – Letras Financeira do Tesouro (Nota 16c)	211.986	-
NTN F - Notas do Tesouro Nacional série F	<u> </u>	241.716
Total	211.986	241.716

Os títulos possuem vencimento em até 12 (doze) meses.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

	30/06/2022	31/12/2021
Fundo de Investimento Caixa - MPE	-	9
Banco Santander - Fundo 4985-6 (1)	49	31
Banco Santander - Fundo FI SBAC DI (2)	43.187	41.435
	43.236	41.475

Os Títulos e Valores Mobiliários são classificados como ativos para negociação. O valor de mercados dos títulos e valores mobiliários considera a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As cotas de fundos de investimentos são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

- (1) Possui rendimento médio de 100% do CDI.
- (2) Composto por aplicação automática dos valores em conta corrente com rendimento médio de 25%.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 17 de março de 2020 a Super contratou uma operação a termo de NDF no montante de R\$ 5.440, como instrumento de hedge com objetivo de proteção a riscos relacionados a moedas estrangeira.

A posição foi liquidada em 10 de maio de 2021 pela diferença líquida entre o valor contratado e o valor na data do vencimento.

O valor de mercado foi calculado mensalmente baseado no dólar futuro divulgado pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 30 de junho de 2022 a Super não apresenta saldo de Instrumentos Financeiros Derivativos.

7. Crédito Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2022
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	34.688	12.886	-	47.574
Diferenças Temporárias	2.539	1.137	(2.051)	1.625
Total de Crédito Temporárias	37.227	14.023	(2.051)	49.199

Os saldos sujeitos à cálculo de crédito tributário foram registrados em sua totalidade.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Total
2022	72	-	72
2023	1.553	-	1.553
2024	-	-	-
2025	-	-	-
2026	-	6.043	6.043
2027 a 2031		41.531	41.531
Total	1.625	47.574	49.199

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários registrado é de R\$ 32.641 calculados de acordo com a expectativa de realização dos prejuízos fiscais e bases negativas e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

Em 30 de junho de 2022 a Super não apresenta créditos tributários não ativados.

8. Outros Créditos

	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamentos para pagamentos (1)	1.843	7.279
Impostos e contribuições a compensar	5.201	3.570
Valores a receber de seguro (nota 27)	25.313	45.313
Outros	1.800	1.749
Total	34.157	57.911

(1) Compostos por adiantamentos realizados a prestadores de serviços para realização de transações solicitadas por clientes no contexto de suas transações de pagamentos ou saques, com prazo médio de 30 dias para realização.

9. Imobilizado

	30/06/2022	31/12/2021
Equipamentos de processamento de dados	3.942	3.150
Móveis e utensílios	340	329
Benfeitorias em imóveis de terceiros	61	61
Depreciação acumulada	(1.581)	(1.226)
Total	2.762	2.314
Resumo das movimentações		
Saldo Inicial	2.314	2.667
Adições	803	660
Baixas	-	(1.826)
Depreciações	(355)	813
Saldo Final	2.762	2.314

10. Intangível

	30/06/2022	31/12/2021
Software	154.057	104.699
Amortização Acumulada	(32.400)	(20.271)
Intangível Líquido	121.657	84.428

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

Resumo das movimentações		
Saldo Inicial	84.428	40.481
Novos desenvolvimentos	49.358	52.379
Amortizações	(12.129)	(8.432)
Saldo Final	121.657	84.428

11. Depósito em Conta de Pagamento

Os depósitos em conta de pagamento referem-se, às obrigações junto a clientes por saldos carregados nos cartões de débitos Super e ainda não utilizados, no montante de R\$ 189.220 (R\$204.108 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores a repassar às operadoras, em função das operações de compras e saques, somam R\$ 70.044 (R\$ 111.049 em 31 de dezembro de 2021) e estão registradas em outras obrigações diversas na nota 12.

12. Outras Obrigações

	30/06/2022	31/12/2021
Repasse por transações de pagamento (nota 11)	70.044	111.049
Fiscais	1.866	1.869
Fornecedores diversos	30.339	25.701
Despesa de pessoal	13.146	13.380
Incentivo Exclusividade (nota 13)	14.852	-
Provisão para contingências cíveis (nota 14)	1.612	2.362
Total	131.859	154.361

13. Incentivo de Parceiros

O contrato assinado com a Superdigital Holding prevê incentivos de produtos e desenvolvimento que foram recebidos pela Super Pagamentos no valor de R\$ 40.495 em agosto de 2021. Os valores são reconhecidos no resultado de acordo com a ocorrência das respectivas despesas acordadas em contrato. Em 30 de junho de 2022 o saldo a reconhecer em resultados futuros estava no montante de R\$14.852 (R\$ 23.065 em 31 de dezembro de 2021).

14. Passivos Contingentes e Provisões

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	2.362	1.742
Constituição Líquida	364	2.254
Baixas	(1.114)	(1.634)
Saldo Final	1.612	2.362

A Super é parte em processos judiciais cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

A Super registrou as provisões para demandas judiciais de natureza cível as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, relacionadas com discussões e questionamentos cíveis, ajuizados ou não, para as quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância

no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Super revisou suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos, as quais estão registradas em balanço.

Em 28 de Janeiro de 2021, a Super moveu ação indenizatória que visa buscar indenização pelos danos materiais oriundos do incidente operacional ocorrido em janeiro de 2021. Referido processo foi julgado improcedente em primeira instância e atualmente está em grau de recurso no Tribunal de Justiça. O risco atual de perda foi classificado pelo escritório externo como possível, não sendo necessária a provisão de acordo com a classificação. O montante atual é de R\$ 5.109 referente exclusivamente à sucumbência processual e a decisão final prevista para dezembro de 2022.

15. Patrimônio Líquido

Em 28 de dezembro de 2020 a Super recebeu um aporte de capital no montante de R\$ 14.605, com emissão de 10.661 mil novas ações. O aumento de capital social foi aprovado pelo Banco Central em 01 de fevereiro de 2021.

Em fevereiro de 2021 a Super recebeu aporte de capital no montante de R\$ 6.757, com emissão de 4.932 mil novas ações. O aumento de capital social foi aprovado pelo Banco Central em 22 de fevereiro de 2021.

Em 17 de março de 2021 a Super recebeu um aporte de capital no montante de R\$ 54.546, com emissão de 39.815 mil novas ações. O aumento de capital social foi aprovado pelo Banco Central em 29 de março de 2021.

Em 03 de novembro de 2021 a Super recebeu um aporte de capital no montante de R\$ 82.931, com emissão de 60.534 mil novas ações. O aumento de capital social foi aprovado pelo Banco Central em 22 de novembro de 2021.

Em maio de 2022 a Super recebeu um aporte de capital no montante de R\$ 32.280, com emissão de 23.562 mil novas ações. O aumento de capital social foi aprovado pelo Banco Central em 05 de julho de 2022.

Em 30 de junho de 2022, o capital social subscrito e integralizado é composto por 230.227 mil (206.665 mil em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2021 foi aprovado, através de um Instrumento Particular de Ações, a venda de 100 ações da Super Holding para Cantabro Catalana de Inversiones S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

Em 30 de junho de 2022 a composição acionaria da Super está assim representada:

A Superdigital Holding Company, S.L. detém 230.227 mil ações e Cantabro Catalana de Inversiones S.A. detém 100 acões.

O estatuto estabelece que:

Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, quando houver calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações e no Parágrafo 2° deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, observada a seguinte ordem de dedução:

- a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- b) a parcela necessária ao pagamento do dividendo obrigatório não será inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.
- c) O saldo do lucro líquido remanescente, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: Reserva para Reforço do Capital de Giro e Reserva pera Equalização de Dividendos, sendo;
 - a. 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro que terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade; e
 - 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Equalização de Dividendos com o fim de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos.

Parágrafo único - por proposta da Diretoria poderão ser periodicamente capitalizadas as parcelas dessas reservas para que o respectivo montante, juntamente com o saldo da Reserva Legal não ultrapasse o saldo do capital social.

d) Por proposta da Diretoria, o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento ou crédito, pela Super, de juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas no valor do dividendo obrigatório.

16. Partes Relacionadas

a) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 29 de abril de

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

2022, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2022, no valor máximo de R\$ 13.500 (R\$ 8.500 em 31 de dezembro de 2021). Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 foram registradas despesas com a Diretoria e Conselho conforme nota 19.

b) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam quaisquer outras desvantagens.

As principais transações e saldos com empresas do grupo Santander são conforme segue:

	Balanço		Resultado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	5.782	21.725	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	12
Cotas de fundo de investimento	43.236	41.475	2.317	1.313
Operação Compromissada	211.986	241.716	7.878	7.170
Reembolso de despesas gerais	-	-	581	637
Despesa de compartilhamento de infraestrutura	-	-	(1.004)	(2.384)
Despesa de compartilhamento de estrutura administrativa	-	-	(479)	(885)

17. Receita com Prestação de Serviço

	30/06/2022	30/06/2021
Receita de tarifas	16.925	20.765
Receita de Intercâmbio sobre compras	8.231	8.884
Receita com comissão de serviços	556	896
Total	25.712	30.545

18. Resultado de Intermediação Financeira

	30/06/2022	30/06/2021
Receita títulos	12.760	2.371
Receita com cotas de fundos de investimento	2.311	222
Receita/Despesa com instrumentos financeiros derivativos	-	234
Outras aplicações	34	24

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

-		
Total	15.105	2.851

19. Despesas de Pessoal

	30/06/2022	30/06/2021
Proventos	13.704	7.955
Benefícios a funcionários	2.185	1.508
Remuneração à dirigentes	3.792	3.302
Previdência social	3.998	1.966
Fundo de garantia do tempo de serviço	1.387	667
Total	25.066	15.398

20. Outras Despesas Administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Processamento de dados (1)	5.772	5.790
Serviços de terceiros (1)	5.978	4.186
Depreciações e amortizações	12.484	2.007
Marketing promocional	2.051	1.029
Comunicação	698	6.268
Serviços técnicos especializados	4.693	1.216
Despesa com central de atendimento	1.546	1.187
Publicidade e propaganda	9.010	182
Despesa de compartilhamento de infraestrutura	1.004	1.332
Despesa de compartilhamento de estrutura	470	
administrativa	479	-
Outras	643	2.195
Total	44.358	25.392

⁽¹⁾ Gastos com desenvolvimento de novas tecnologias.

21. Despesas Tributárias

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de ISS	1.029	1.246
Despesas de contribuição ao COFINS	1.559	260
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	306	50
Despesas de IOF	513	273
Outros Impostos Contribuições	146	88
Total	3.553	1.917

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

22. Outras Receitas Operacionais

	30/06/2022	30/06/2021
Reembolso de despesas (1)	581	638
Variação cambial	187	460
Incentivos recebidos de parceiros (2)	8.213	6.786
Outras receitas operacionais	457	28
Total	9.438	7.912

- (1) Refere-se a reembolso de despesas pago por empresas do Grupo Santander.
- (2) Receita oriunda de reembolso de despesas previsto em contrato de exclusividade com bandeira.

23. Outras Despesas Operacionais

	30/06/2022	30/06/2021
Fee sobre transações de pagamento	9.919	11.418
Perdas operacionais	507	1.198
Despesa da emissão de cartão	1.785	1.124
Provisão para contingências	364	1.093
Variação cambial	36	215
Provisão de perda operacional (nota 27)	-	42.665
Outras despesas operacionais	451	854
Total	13.062	58.567

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/06/2022		30/06/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(35.784)	(35.784)	(59.966)	(59.966)
Adições temporárias	3.024	9.656	3.649	3.649
Exclusões temporárias	(5.562)	(12.759)	(4.002)	(11.267)
Despesas indedutíveis	2.151	515	45.592	48.645
Lucro real tributável	(36.171)	(38.372)	(14.727)	(18.939)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

Total de despesa com imposto corrente	-	-	-	-
Base de ativo fiscal diferido	139.692	158.630	62.445	79.277
Ativo de imposto de renda diferido	34.923	14.277	15.611	7.135
Despesa de imposto de renda diferido do exercício	(8.798)	(3.174)	(3.593)	(1.454)
Total de imposto de renda e contribuição social	(8.798)	(3.174)	(3.593)	(1.454)

25. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

Os acionistas e administradores da Super consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas, inclusive para uma maximização da eficiência no uso do capital para escolha de suas operações.

A Super, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

Em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos e as normas do Bacen entre elas a Circular 3.681 de 2013, a Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. tem o gerenciamento dos riscos:

- I Risco de liquidez O Gerenciamento do Risco de Liquidez cumpre os requisitos da Circular Bacen 3.681/13, que determina o depósito compulsório de 100% do saldo em moeda eletrônica. A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos estejam continuamente avaliados. Estabelece ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise.
- II Risco de crédito Tendo em vista que a Super não opera com modalidades de crédito, esta política não se aplica a mesma.
- III Risco de mercado A Super emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de precos dos seus itens patrimoniais.
- IV Risco operacional A política de gestão de riscos operacionais busca identificar, tratar e gerenciar os possíveis riscos operacionais da Super, com finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle trazendo mais eficiência aos processos internos. Dentro desse contexto o grupo possui estrutura e políticas para a gestão do risco operacional com ferramentas como auto avalição, monitoramento de indicadores e

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

base de dados de perdas operacionais, garantindo o melhor gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos, dando suporte à tomada de decisão da alta administração.

26. Outras Informações

a) Em janeiro de 2021 a Super registrou um incidente operacional da Plataforma Superdigital, ocasionando indisponibilidade do uso do aplicativo por algumas horas. A Super atuou na solução desse incidente, e todas as funcionalidades foram reestabelecidas.

O incidente operacional gerou um potencial de provisão para perdas operacionais no montante de R\$ 42.659, além de um valor ativo de R\$ 2.654, de valores a receber de parceiros. O incidente está sendo tratado no âmbito cível e criminal.

A Super é participante de um contrato de seguro do Conglomerado Santander, e após o evento a Administração iniciou o processo de ressarcimento. No semestre findo em 31 de dezembro de 2021 a Super registrou uma despesa no valor da franquia no montante de R\$ 15.583, além do montante de R\$ 42.659 como receita oriunda do ressarcimento diante a evolução exitosa do processo junto a seguradora. No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Super havia registrado em caixa o montante de R\$ 20.000 como adiantamento do ressarcimento devido.

A Administração da Super reforça que o incidente não impactou ao cliente e que mantém sólidas estruturas de controles e liquidez de acordo com as normativas estabelecidas pelo Banco Central.

b) A Super, em conjunto com o Banco Santander – Instituição líder do Conglomerado Santander Brasil - monitora os efeitos da pandemia resultante da propagação da COVID-19, que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

A Super mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do Covid-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

Até a data desta divulgação, a Super não identificou impactos que requeiram provisões adicionais.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2022 Em milhares de reais

c) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Super aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Leopoldo Martinez Cruz – CEO Fabio Fernando Almendros – CFO Ana Flávia Rodrigues – Contadora – CRC 1SP 322213/O-8

DocuSign

Certificate Of Completion

Envelopeld Stamping: Enabled Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Envelope Id: 7A2EDA320881477FA097D244ECFB23D5 Status: Completed

Subject: Please DocuSign: SUPERPAGAMENTOS22.JUN.pdf, VF 3 - Demonstração Financeira 1º Semestre de 2022 ...

Source Envelope:

Document Pages: 30 Signatures: 1 Envelope Originator:

Certificate Pages: 6 Initials: 0 Thiago Guitti Guinger

AutoNav: Enabled Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Branca

São Paulo, SP 05001-100 thiago.guinger@pwc.com IP Address: 134.238.160.171

Record Tracking

Status: Original Holder: Thiago Guitti Guinger Location: DocuSign

29 August 2022 | 16:25 thiago.guinger@pwc.com

Status: Original Holder: CEDOC Brasil Location: DocuSign

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 18.231.224.34

@pwc.com

Signature

Signer Events

Paulo Rodrigo Pecht paulo.pecht@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication

(None), Digital Certificate

29 August 2022 | 17:25

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Timestamp

Sent: 29 August 2022 | 17:07 Viewed: 29 August 2022 | 17:21 Signed: 29 August 2022 | 17:25

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Timestamp

Timestamp

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events Status Timestamp

COPIED

COPIED

Bianca Rabello

bianca.rabello@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication

(None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 16 March 2022 | 14:58

ID: defe67ed-480a-4dcf-ba80-11f7710808eb

Company Name: PwC

Nicole Fernandes

nicole.f.fernandes@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication

(None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Sent: 29 August 2022 | 17:07

Viewed: 29 August 2022 | 17:13

Sent: 29 August 2022 | 17:07 Viewed: 29 August 2022 | 17:29 **Carbon Copy Events**

Thiago Guitti Guinger thiago.guinger@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication

(None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Status

COPIED

Timestamp

Sent: 29 August 2022 | 17:07 Resent: 29 August 2022 | 17:25

Witness Events	Signature	Timestamp	
Notary Events	Signature	Timestamp	
Envelope Summary Events	Status	Timestamps	
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	29 August 2022 17:07	
Certified Delivered	Security Checked	29 August 2022 17:21	
Signing Complete	Security Checked	29 August 2022 17:25	
Completed	Security Checked	29 August 2022 17:25	
Payment Events	Status	Timestamps	
Electronic Record and Signature Disclosure			

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão "Eu concordo" na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário "Revogação de Consentimento" da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

- (i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou
- (ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas.

Hardware e software necessários**:

- (i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®
- (ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); SafariTM 3.0 ou superior (Mac apenas)
- (iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.
- (iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600
- (v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão
- ** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão "Eu concordo" abaixo.

Ao selecionar o campo "Eu concordo", eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.